

LAZER, NATUREZA E O SABER DA EXPERIÊNCIA

Vitor Lucas de Faria Pessoa¹

Belo Horizonte, MG, Brasil

RESUMO: O objetivo deste ensaio é utilizar a perspectiva do saber da experiência enquanto uma possibilidade epistemológica para pensarmos a relação entre o ser humano e o mundo natural através da fruição de manifestações culturais. Neste sentido, o debate se estabelece na interseção entre o campo do Lazer, as discussões sobre cultura e natureza e o conceito de experiência cunhado por Jorge Larrosa Bondía. Conclui-se que o lazer na natureza pode ser um espaço privilegiado para que ocorra o saber da experiência, este saber mediado pelo lazer poderia contribuir para a reelaboração de valores na sociedade e principalmente para a adoção de uma nova atitude com relação ao mundo natural.

Palavras-chave: Lazer. Natureza. Experiência. Saber da Experiência.

LEISURE, NATURE AND THE KNOWLEDGE OF EXPERIENCE

ABSTRACT: The purpose of this essay is to use the perspective of knowledge of experience as an epistemological possibility to think about the relationship between human beings and the natural world through the enjoyment of cultural manifestations. In this sense, the debate is established at the intersection between the field of Leisure, the discussions about culture and nature and the concept of experience coined by Jorge Larrosa Bondía. It is concluded that leisure in nature can be a privileged space for the knowledge of the experience to occur, this knowledge mediated by leisure could contribute to the re-elaboration of values in society and mainly for the adoption of a new attitude towards the natural world.

Keywords: Leisure. Nature. Experience. Knowledge of Experience.

OCIO, NATURALEZA Y SABER DE LA EXPERIENCIA

RESUMEN: El propósito de este ensayo es utilizar la perspectiva del saber de la experiencia como una posibilidad epistemológica para pensar en la relación entre los seres humanos y el mundo natural a través del disfrute de las manifestaciones culturales. En este sentido, el debate se establece en la intersección entre el campo del Ocio, las discusiones sobre cultura y

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais. E-mail: vitorpessoaufmg@gmail.com

naturaleza y el concepto de experiencia acuñado por Jorge Larrosa Bondía. Se concluye que el ocio en la naturaleza puede ser un espacio privilegiado para que ocurra el saber de la experiencia, este conocimiento mediado por el ocio podría contribuir a la reelaboración de valores en la sociedad y principalmente para la adopción de una nueva actitud hacia el mundo natural.

Palabras-clave: Ócio. Naturaleza. Saber de la experiencia.

Introdução

Vivemos em uma sociedade do imediato, da informação, da opinião, onde somos levados a nos posicionar sobre qualquer assunto a qualquer momento, como se o conhecimento resultasse em última instância em um saber sobre o acontecido, sem que de fato, nada nos aconteça. Não há dúvidas acerca da importância do conhecimento científico, sem ele, a sociedade em que vivemos não seria possível, todavia, há de se perguntar, é somente através da racionalidade científica que apreendemos o mundo ao nosso redor? A ciência moderna transformou a experiência em experimento, algo reproduzível, fundamental para o rigor acadêmico, entretanto o experimento não pode ser traduzido em experiência, porque a essência da experiência está em sua não reprodutibilidade, ela acontece no âmbito da subjetividade, algo que vai de encontro ao que tomamos como verdade na vida contemporânea, nas palavras de Bondía (2002, p. 21):

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. [...] Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara. Em primeiro lugar pelo excesso de informação. A informação não é experiência. E mais, a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrário da experiência, quase uma *antiexperiência*. Por isso a ênfase contemporânea na informação, em estar informados, e toda a retórica destinada a constituirmos como sujeitos informantes e informados; a informação não faz outra coisa que cancelar nossas possibilidades de experiência.

O ponto principal da experiência é que não podemos vivenciá-la sem nos entregarmos ao desconhecido, mesmo ouvindo o relato de pessoas que saltaram de um avião a 12.000 pés de altura utilizando paraquedas, não é possível saber quais são as sensações, as angústias, a excitabilidade, é algo que só ocorre quando nos acontece. É exatamente neste momento em que o saber oriundo da experiência se realiza, onde a vida se transforma, mediada pela relação direta entre o sujeito e o desconhecido. O que estou discutindo aqui, é uma possibilidade epistemológica, de que o fenômeno do lazer pode ser um espaço privilegiado para o que Bondía (2002) chama de saber da experiência, digo que pode ser, exatamente pelo fato de que não há prescrições para a

experiência humana. Talvez a questão principal que deva ser tratada, é que com o excesso de informações, desencadeado com o avanço da tecnologia, somos informados sobre tudo, porém, experimentamos pouco, neste sentido:

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (BONDÍA, 2002, p. 24).

Em qual dimensão da vida humana seria possível um gesto de interrupção? Diria que para a maioria das pessoas isto seria impossível no ambiente de trabalho, a rotina exaustiva, a previsibilidade e a inflexibilidade seriam antagonistas do processo da experiência, ao menos nos termos em que Bondía nos apresenta, portanto, acredito que seja no lazer que exista a potencialidade maior do experimentar. Como uma dimensão da cultura e uma necessidade humana, o lazer pode abrir possibilidades para que ocorra um processo de emancipação e autonomia dos sujeitos (GOMES, 2011). O seu caráter subjetivo, permite, dentre outras possibilidades, que se vivencie infinitas práticas culturais, ao seu modo, no seu tempo, no seu espaço, mas também, no espaço do outro e de outros modos. O lazer precisa ser socialmente e historicamente situado, pode depender ou não de condições materiais, mas sua única imutabilidade é a relação entre o sujeito e a cultura, fazendo assim, com que o lazer seja um espaço privilegiado para que o sujeito viva a experiência:

Em qualquer caso, seja como território de passagem, seja como lugar de chegada ou como espaço do acontecer, o sujeito da experiência se define não por sua atividade, mas por sua passividade, por sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura. Trata-se, porém, de uma passividade anterior à oposição entre ativo e passivo, de uma passividade feita de paixão, de padecimento, de paciência, de atenção, como uma receptividade primeira, como uma disponibilidade fundamental, como uma abertura essencial (BONDÍA, 2002, p. 24).

Se pensarmos o lazer como um espaço propício para a experiência, seria através da vivência de manifestações culturais que ocorreria um saber experimentado, este que só se realiza quando o sujeito se doa à verdadeira desinformação. Um dos principais aspectos do lazer é seu caráter subjetivo, dessa forma, a percepção do sujeito torna-se a pedra de toque na sua relação com o mundo, este mundo que é diverso, imprevisível e mutável, mas que tentamos desesperadamente padronizá-lo, para que se torne previsível e passivo aos nossos desígnios. A relação entre a experiência e o lazer pode ser um dos caminhos para retomarmos a nossa humanidade, nossa corporeidade, nossa relação estética com o ambiente que nos cerca. Neste sentido:

O lazer representa a necessidade de fruir, ludicamente, as incontáveis práticas culturais constituídas, socialmente, em cada contexto. Essa necessidade pode ser satisfeita de múltiplas formas, segundo os valores e interesses dos sujeitos, grupos e instituições em cada contexto histórico, social e cultural. Por isso, o lazer precisa ser tratado como um fenômeno social, político, cultural e historicamente situado (GOMES, 2011, p. 16-17).

Até aqui estabelecemos uma relação entre o lazer e a experiência, e sobretudo, de como um pode potencializar e ter um impacto determinante sobre o outro, poderíamos dizer que, o lazer só pode ser de fato transformador quando vivido através da experiência, no sentido de entrega, de demora, de padecimento. Para que a fruição no lazer tenha a possibilidade de ser compreendida através do saber da experiência, precisamos discutir o espaço em que isto seria possível, e acredito que um dos lugares privilegiados para que o sujeito se torne, o sujeito da experiência, seja na imprevisibilidade do mundo natural, diferente de divertimentos previsíveis, a natureza ainda é o espaço do desconhecido e do mutável. Ao sair em busca de vivenciar manifestações culturais na natureza não se tem a certeza de que as condições ideais estarão disponíveis, seja nas dimensões das ondas, na temperatura da água, na velocidade ou na direção do vento, as variáveis climáticas independem das nossas vontades. Portanto, é nesta interseção entre sujeito, espaço e o desconhecido, que proponho uma discussão acerca do lazer na natureza como uma possibilidade de experiência. Para tanto, farei a seguir uma breve discussão acerca da relação entre natureza e cultura, com o intuito de discorrer sobre o saber da experiência enquanto uma possibilidade epistemológica para pensarmos a relação entre o ser humano e o mundo natural através da vivência de manifestações culturais.

Noções básicas sobre Natureza e Cultura

Uma das principais questões apresentadas pela filosofia ocidental é a relação entre a natureza e a cultura. O que difere o ser humano do mundo natural? Nós fazemos parte da natureza? Quando surgiu o que chamamos de cultura? Questões como estas fomentaram o debate acerca da dicotomia entre o ser humano e a natureza, principalmente a partir da filosofia, da antropologia e da história. Em termos filosóficos, poderíamos dizer que existem duas noções básicas sobre Cultura, a primeira diz respeito à ideia de cultivar, neste sentido, a Cultura seria o cuidado do homem com a Natureza, expresso na agricultura, que também significava o culto aos deuses, assim como, o cuidado com a alma e o corpo das crianças. A segunda noção sobre o conceito de Cultura surge a partir do século XVIII, nesta perspectiva, Cultura significa os resultados da educação e da formação dos seres humanos expressos na ciência, na filosofia, nas artes, na política, tornando-se sinônimo de civilização (CHAUI, 2000). A relação entre natureza e cultura se dá de formas diferentes a partir destas duas noções sobre o conceito:

No primeiro sentido, a Cultura é o aprimoramento da natureza humana pela educação em sentido amplo, isto é, como formação das crianças não só pela alfabetização, mas também pela iniciação à vida da coletividade por meio do aprendizado da música, dança, ginástica, gramática, poesia, retórica, história, Filosofia, etc. A pessoa culta era a pessoa moralmente virtuosa, politicamente consciente e participante, intelectualmente desenvolvida pelo conhecimento das ciências, das artes e da Filosofia. É este sentido que leva muitos, ainda hoje, a falar em “cultos” e “incultos”. Podemos observar que neste primeiro sentido Cultura e Natureza não se opõem. Os humanos são considerados seres naturais, embora diferentes dos animais e das plantas. Sua natureza, porém, não pode ser deixada por conta própria, porque tenderá a ser agressiva, destrutiva, ignorante, precisando por isso ser educada, formada, cultivada de acordo com os ideais de sua sociedade. A Cultura é uma segunda natureza, que a educação e os costumes acrescentam à primeira natureza, isto é, uma natureza adquirida, que melhora, aperfeiçoa e desenvolve a natureza inata de cada um (CHAUI, 2000, p. 372).

A ideia de que neste contexto Cultura e Natureza não se opõem, é fundamental para compreendermos a forma como enxergamos o mundo natural na contemporaneidade. A transição que ocorreu a partir do século XVIII, explicaria, dentre outras coisas, uma espécie de afastamento entre o ser humano e a natureza, este distanciamento ocorreu a partir de mudanças nos sentidos e sensibilidades, da mesma forma, foi provocado pelo avanço da técnica e da ciência, fazendo com que uma diversidade de novas concepções acerca do uso dos recursos naturais fosse inaugurada, ou seja, a partir deste momento o ser humano passa a se relacionar com a natureza através de uma perspectiva de oposição, onde o meio ambiente é o selvagem e a cultura o signo da civilização:

No segundo sentido, isto é, naquele formulado a partir do século XVIII, tem início a separação e, posteriormente, a oposição entre Natureza e Cultura. Os pensadores consideram, sobretudo a partir de Kant, que há entre o homem e a Natureza uma diferença essencial: esta opera mecanicamente de acordo com leis necessárias de causa e efeito, mas aquele é dotado de liberdade e razão, agindo por escolha, de acordo com valores e fins. A Natureza é o reino da necessidade causal, do determinismo cego. A humanidade ou Cultura é o reino da finalidade livre, das escolhas racionais, dos valores, da distinção entre bem e mal, verdadeiro e falso, justo e injusto, sagrado e profano, belo e feio. À medida que este segundo sentido foi prevalecendo, Cultura passou a significar, em primeiro lugar, as obras humanas que se exprimem numa civilização, mas, em segundo lugar, passou a significar a relação que os humanos, socialmente organizados, estabelecem com o tempo e com o espaço, com os outros humanos e com a Natureza, relações que se transformam e variam. Agora, Cultura torna-se sinônimo de História. A Natureza é o reino da repetição; a Cultura, o da transformação racional; portanto, é a relação dos humanos com o tempo e no tempo (CHAUI, 2000, p 373).

As contribuições provenientes da filosofia para pensarmos a relação entre o homem e o mundo natural, são fundamentais para que possamos compreender as transformações que ocorreram na história, que desencadearam o surgimento do que

chamamos hoje de “cultura”. Apesar da filosofia ter inaugurado este debate, seria a antropologia a ciência responsável por desvendar as relações que os homens estabeleceram entre si e com o ambiente que os cerca. Desta forma, a questão fundamental da antropologia seria determinar de que forma e a partir de quando os seres humanos se afirmaram diferentes da natureza. Normalmente esta diferenciação é atribuída ao desenvolvimento da linguagem e de manifestações de liberdade, porém, para uma parte considerável dos antropólogos, esta cisão entre o homem e o mundo natural teria se dado no momento em que o ser humano desenvolveu leis que determinariam a execução de sujeitos que as transgredissem, como por exemplo, a lei da proibição do incesto, que não existe no mundo natural (CHAUI, 2000). Para os antropólogos a cultura é uma invenção de ordem simbólica:

Quando dizemos que a Cultura é a invenção de uma ordem simbólica, estamos dizendo que nela e por ela os humanos atribuem à realidade significações novas por meio das quais são capazes de se relacionar com o ausente: pela palavra, pelo trabalho, pela memória, pela diferenciação do tempo (passado, presente, futuro), pela diferenciação do espaço (próximo, distante, grande, pequeno, alto, baixo), pela diferenciação entre o visível e o invisível (os deuses, o passado, o distante no espaço) e pela atribuição de valores às coisas e aos homens (bom, mau, justo, injusto, verdadeiro, falso, belo, feio, possível, impossível, necessário, contingente). Comunicação (por palavras, gestos, sinais, escrita, monumentos), trabalho (transformação da Natureza), relação com o tempo e o espaço enquanto valores, diferenciação entre sagrado e profano, determinação de regras e normas para a realização do desejo, percepção da morte e doação de sentido a ela, percepção da diferença sexual e doação de sentido a ela, interdições e punição das transgressões, determinação da origem e da forma do poder legítimo e ilegítimo, criação de formas expressivas para a relação com o outro, com o sagrado e com o tempo (dança, música, rituais, guerra, paz, pintura, escultura, construção da habitação, culinária, tecelagem, vestuário, etc.) são as principais manifestações do surgimento da Cultura (CHAUI, 2000, p. 374-375).

Compreendemos até aqui, que as noções sobre Cultura surgem a partir da ideia que temos sobre a Natureza, seja pela identificação do ser humano enquanto parte do mundo natural ou em oposição a ele, dessa forma, não podemos discutir o conceito de Cultura sem buscarmos compreender de que forma o imaginário ocidental constituiu o conceito de Natureza. De acordo com Kesselring (2000), existem cinco fases principais que estruturaram o conceito de Natureza no pensamento ocidental, são elas, a época grega, a época medieval, a época moderna (em específico os séculos XVI e XVII), o século XIX, e por fim, o que ele chamou de visão contemporânea. Para os gregos, Natureza (*physis*), significava o universo e tudo que nele existe. A primeira característica deste conceito era o paradigma da vida orgânica, a representação do Estado e do cosmos era o organismo. O segundo caráter do conceito de *physis* corresponde a circularidade (*kyklós*) da Natureza, ou seja, surgir e desvanecer em um processo de

repetição eterna. O terceiro sentido atribuído ao conceito de Natureza está relacionado à ideia de *physis* enquanto a essência de cada ser, vários filósofos tentaram determinar qual seria esta essência, procurando por algo material ou a partir da matemática, assim como fizeram Pitágoras e Aristóteles. Na Idade Média, que é a segunda fase apresentada pelo autor, o cristianismo cumpre um papel fundamental no desenvolvimento de novas concepções acerca da Natureza através da tradição bíblica. Nesta perspectiva, a Natureza seria o âmbito da criação, tendo um início e um fim, o mundo não teria surgido espontaneamente, foi arquitetado por um criador, porém, este criador não reside na Natureza, não faz parte deste mundo, fazendo com que a cosmologia cristã entre em conflito com as concepções gregas que afirmam não existir nada que seja exterior à *physis*.

Na terceira fase apresentada pelo autor, que corresponde ao início da Idade Moderna, Kesselring (2000) aponta que devemos considerar três pontos principais para compreender como o conceito de Natureza se desenvolveu entre os séculos XVI e XVII. O primeiro deles é a herança do pensamento teológico da Idade Média, o segundo é a redescoberta da Antiguidade no século XV, que marcou o humanismo da época, em terceiro lugar está a sistematização de uma tradição experimental de pesquisas científicas na Natureza. A concepção da Idade Média, de Deus como um criador anterior à Natureza, portanto situando-se fora dela, continua reverberando na Idade Moderna, porém, o Homem que na concepção Medieval fazia parte da Natureza, passa a ocupar outro papel, elevando-se como dono da Natureza, esta que antes era o âmbito da criação, passa a ser objeto da ciência e de manipulação do ser humano. Esta mudança de paradigma nos leva à quarta fase apresentada pelo autor, que corresponde ao século XIX:

No século XIX, então, a autoconsciência humana sofreu toda uma série de abalos. Assim como a evolução, os acontecimentos econômicos e históricos são também encarados como processos naturais, contra os quais o sujeito individual é impotente. A sua estratégia natural para combater a insegurança e limitar o domínio do acaso é a tentativa de se impor ativamente a cada tipo de concorrência. O que conta na luta pela sobrevivência é unicamente a prerrogativa pela sobrevivência do mais forte. O conceito de sobrevivência do mais bem adaptado - conceito elaborado por Spencer e assumido por Darwin - torna-se um princípio fundamental para a economia liberal. Concorrência e exploração parecem ser legitimadas pela própria Natureza. O conceito de Natureza, no final do século XIX, não tem mais muito a ver com o conceito grego de Natureza (*physis*), nem com a Teologia criacionista cristã. A impressão de que o homem está abrigado e seguro no centro do Universo, que as cosmologias antiga e medieval nos ensinaram, tornou-se radicalmente obsoletas com as descobertas astrofísicas (KESSELRING, 2000, p. 166).

Na contemporaneidade, pela primeira vez na história da cultura, a esfera da Natureza começa a se confundir com a técnica, a genética permitiu a criação de bactérias e organismos em laboratório, algo que aponta para um tensionamento entre os produtos da engenhosidade humana e os seres vivos da Natureza, além disso, a

tecnologia foi capaz de criar processos que não ocorrem na Terra, como vários isótopos radioativos, este novo estilo de vida, causa consequências irreversíveis que faz com que compreendamos estas mudanças como se fossem naturais. Dessa forma, com a diluição das fronteiras entre a técnica e a Natureza chegamos a um ponto paradoxal com relação a biologia evolutiva, percebemos que o crescimento exponencial da humanidade não representa em última instância um sucesso de adaptação biológica, mas sim, o resultado do poderio tecnológico do ser humano, o crescimento da população, que antes era visto como o ponto principal da Teoria da Evolução, no caso da humanidade passou a representar uma espécie de desadaptação, acabando por perpetuar a tese de que estamos fora da Natureza, ao menos no que se refere à nossa percepção (KESSELRING, 2000).

Novas interpretações acerca da Teoria da Evolução de Spencer e Darwin, sugerem que, o que ficou conhecido como “a sobrevivência do mais forte”, seria na verdade um fenômeno estatístico, dessa forma, o sucesso evolutivo a longo prazo não é simplesmente o resultado da supremacia da força, mas sim, de quem melhor se adapta sob certas condições dadas (KESSELRING, 2000). Neste sentido, nossas atitudes com relação à Natureza precisam levar em conta de que a sustentabilidade do planeta depende em larga medida de compreendermos nosso insucesso no processo evolutivo, caso isto não ocorra, a nossa concepção acerca do progresso, que foi constituída a partir do século XIX, nos levará paradoxalmente a um processo de extinção.

O lazer como um elemento de sustentabilidade

Após discutir brevemente algumas noções básicas sobre o conceito de Cultura e apresentar uma síntese da história do conceito de Natureza no pensamento ocidental, farei uma discussão sobre a relação entre o homem e o mundo natural, principalmente a partir da possibilidade de vivências estéticas que o ser humano pode estabelecer com o meio ambiente, buscando por fim, apresentar o lazer enquanto uma perspectiva de sustentabilidade entre a sociedade e a natureza.

Tudo o que vemos, tudo o que sentimos pela natureza é mediado pela cultura, poderíamos dizer que o que chamamos de paisagem é algo somente no plano “natural”? Precisamos levar em conta que “antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente, compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas” (SCHAMA, 1996, p. 17), portando, a forma como olhamos a natureza está diretamente ligada aos processos culturais aos quais fomos submetidos, diria acima de tudo, que é mais profundamente relacionada com o espírito da época em que vivemos, mesmo porque, a forma de lidarmos com o mundo natural acompanhou diversas transformações relacionadas ao plano moral, ético econômico e científico.

“Claro está” que, objetivamente, a atuação dos vários ecossistemas que sustentam a vida no planeta independe da interferência humana, pois eles já

estavam agindo antes da caótica ascendência do *Homo sapiens*. Mas também é verdade que nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior. E isso não é obra apenas dos séculos industriais. Vem acontecendo desde a antiga Mesopotâmia. E contemporâneo da escrita, de toda a nossa existência social. E esse mundo irreversivelmente modificado, das calotas polares às florestas equatoriais, é toda a natureza que temos. (SCHAMA, 1996, p. 17).

A relação entre o homem e a natureza se constituiu muito antes de pensarmos sobre isso, antes do avanço da ciência e da tecnologia o ser humano fazia parte da cadeia alimentar, porém, hoje os animais que representariam uma ameaça à vida humana estão do outro lado de uma grade, servindo como opções de entretenimento. Mas por que discutir a relação entre natureza e cultura? Em qual ponto queremos chegar? Precisamente na ideia de que tudo o que nós vemos é mediado pelo que somos, este afastamento da natureza pode-se explicar, dentre outras coisas, pelo avanço da tecnologia, mas também por uma mudança de sentidos e sensibilidades. Possuímos tantas informações sobre o mundo natural que achamos que não há nada mais para ser descoberto, mesmo porque, entendemos descoberta como o achado de novas informações e não de novas experiências.

Vivemos em uma sociedade onde publicamos nossas vivências, nosso cotidiano, somos ávidos produtores de informação, seja fotografando o café da manhã ou o congestionamento no trânsito, consumimos em igual ou maior quantidade um número infinito de imagens, áudios, vídeos, gifs, emojis, mediados pelo mundo virtual estamos cada vez mais, buscando transformar a experiência em experimento, algo reproduzível, todavia, por mais que sejam ferramentas extraordinárias, as redes sociais são limitadoras da experiência, porque se preocupa mais em registrar o que se passa, do que o que nos passa e talvez o que nos passa não seja possível de ser armazenado em códigos binários.

A natureza já foi interpretada de diversas formas a partir do imaginário humano, talvez um exemplo sintomático para analisarmos a relação entre natureza e cultura seja algumas prescrições médicas advindas do higienismo da primeira metade do século XX no Brasil. O sol apesar de cumprir seu papel perene de iluminar nossos dias, foi em determinado momento visto como algo nocivo à saúde. A partir de mudanças em diversos âmbitos da cultura, da ciência, da tecnologia e de mudanças nas sensibilidades, o sol passa a figurar nas prescrições dos médicos

Por muito tempo o sol suscitou desconfiança, receio, medo; por muito tempo, também esteve no coração de inúmeras táticas de distinção social, engendradas em torno de sua ação. Seria necessário esperar a segunda metade do século XIX para reabilitar o sol como benefício à saúde, à beleza e à educação de indivíduos. É com o advento e o desenvolvimento de uma medicina de corte higienista que uma exposição controlada do corpo ao sol se torna um procedimento terapêutico, ao lado de uma compreensão de que o astro rei e seus raios luminosos são elementos purificadores do ambiente,

inclusive do ambiente escolar e, assim, central num ideário de vida ao ar livre que se consolidava” (SOARES, 2016, p. 15).

A noção de que a natureza seria um lugar privilegiado para uma espécie de transcendência dos sentidos, não tem suas raízes na contemporaneidade. O imaginário ocidental com relação aos usos do mundo natural foi se modificando ao longo do tempo de acordo com as mudanças epistemológicas e com os avanços científicos, dessa forma, a natureza se transformou gradativamente em um espaço privilegiado para o avanço do conhecimento, assim como para a apreciação estética:

As primeiras iniciativas mais organizadas e sistemáticas de buscar a natureza nos termos em que a encaramos atualmente datam do século XVIII e dizem respeito, em primeiro lugar, a uma profunda mudança na maneira como a Ciência e os cientistas se relacionavam com o mundo natural. A ideia de que o homem poderia e deveria conhecer, controlar e classificar todas as coisas do mundo oferecia o impulso necessário para que a natureza fosse visitada. No entanto, nota-se também, mais ou menos nessa mesma época, um impulso relacionado à possibilidade de apreciação estética oferecida por paisagens naturais. Florestas, praias, montanhas e desertos passam a ser encarados como locais de grande beleza. Mais que isso, cada um desses lugares passa a representar também a oportunidade de isolar-se ou de aproximar-se das criações divinas, manifestando e encarnando sua própria divindade. Em última instância, estar em um desses lugares é a chance privilegiada para o exercício do autoconhecimento e do autoaperfeiçoamento, quer seja pela prática de uma racionalidade metódica e, nesse sentido, científica, quer seja pela aquisição de uma sensibilidade às coisas próprias à natureza (DIAS, 2009, p.363).

A forma como observamos a natureza norteou vários comportamentos humanos, alguns antropólogos acreditam que a organização das ovelhas em forma de rebanho sob o governo de um pastor benevolente, pode ter servido de modelo para a organização política em torno de um soberano que conduziria seu povo aos melhores pastos. Paulatinamente a natureza era invocada para justificar determinados arranjos políticos e sociais. “A diversidade das espécies animais foi usada, inúmeras vezes, para dar apoio conceitual à diferenciação social entre os seres humanos” (THOMAS, 1989, p.73). Dessa forma, a natureza serviu como uma espécie de explicação primeira, que se aproximaria do que era mais “natural” à humanidade. Capitaneado pelas elites do início do período moderno, esta classificação entre espécies cumpriu um papel importante na manutenção de uma hierarquia racial entre os homens

Uma vez percebidas como bestas, as pessoas eram passíveis de serem tratadas como tais. A ética da dominação humana removia os animais da esfera de preocupação do homem. Mas também legitimava os maus-tratos àqueles que supostamente viviam uma condição animal. Nas colônias, a escravidão, com seus mercados, as marcas feitas a ferro em brasa e o trabalho de sol a sol, constituía uma das formas de tratar os homens vistos como bestiais” (THOMAS, 1989, p. 53).

O uso que fazemos do mundo natural serviu como justificativa para uma gama diversificada de brutalidades, mas com o avanço da tecnologia, da ciência e mudanças de ordem estética, a mesma natureza foi invocada para proclamar uma sociedade mais equânime e justa. Mostrando de forma insofismável que o que entendemos como natureza é uma representação direta da nossa cultura. Ao longo do início da idade moderna na Europa, vários jogos populares e aristocráticos envolviam a agressão aos animais, seja pelo açulamento de touros, cachorros, a caça à raposa e a rinha de galo, porém, “uma combinação de piedade religiosa e sensibilidade burguesa conduziu assim a uma nova e efetiva campanha contra essas diversões tradicionais. O arremesso de paus contra galos foi amplamente atacado pela imprensa provinciana” (THOMAS, 1989, p. 189-190). Estes “divertimentos” aconteciam inclusive no ambiente escolar e faziam parte de uma espécie de ritual cultivado nas instituições educacionais, algo que atualmente seria inaceitável. Segundo Thomas (1989), o avanço da industrialização e da urbanização fez com que a força de trabalho animal não se tornasse mais necessária, desta forma, fomos levados a analisar a relação entre os animais e os seres humanos a partir de outras perspectivas que não somente de sua utilidade prática. Em resumo a relação entre o homem e a natureza foi balizada a partir dos desígnios da humanidade, a bíblia hora foi usada para justificar o antropocentrismo que criou uma hierarquia entre a humanidade e mundo natural e outrora para dizer que todas as criaturas vivas eram oriundas da graça de Deus, portanto mereciam misericórdia. Ao analisar o contexto, Keith Thomas faz uma relação entre estas transformações de sentidos e significados e suas repercussões nos dias atuais:

Oliver Gold Smith escreveria, de seus contemporâneos, que “eles se apiedam e se alimentam dos objetos de sua compaixão”. O mesmo podia ser dito das crianças de hoje que, alimentadas por uma dieta de carne e protegidas por uma medicina desenvolvida através de experimentos com animais, levam, não obstante, bichinhos de pelúcia para a cama e prodigam afeição a cordeiros e pôneis. Para os adultos, os parques naturais e as áreas preservadas cumprem uma função que não é diferente da que os bichos de pelúcia têm para as crianças; são fantasias que cultuam os valores mediante os quais a sociedade como um todo, não tem condições de viver (THOMAS, 1989, p. 357).

Qual a diferença entre os pets de estimação e os animais que são abatidos nos matadouros? Vivemos em uma sociedade que cultua um valor imaginário sobre sustentabilidade, sobre equilíbrio entre o homem e a natureza. Talvez esta fantasia que vivemos seja mediada em larga medida pela informação, poderíamos dizer, que se o processo de abate do gado que compramos no supermercado fosse vivido através da experiência, seria provável que grande parte da população não consumiria carne. Este exemplo talvez sirva para ilustrar o que estou defendendo, de que a experiência pode ser um processo de quebra de paradigmas, de interrupção da inércia em que vivemos, e sobretudo, da nossa atitude com relação à natureza. Como nos reaproximar? Se o que

vemos na natureza é reflexo de inúmeros processos culturais desenvolvidos ao longo dos séculos, em alguma medida podemos dizer que a história da natureza reflete a história da humanidade. Talvez a natureza tenha mais de nós do que imaginamos, com todas as implicações positivas e negativas que isto possa significar. O experimentar do lazer na natureza pode ser um espaço privilegiado para nos religar ao mundo natural, não há prescrições, o vento não estará lá ao nosso dispor, a montanha não estará de prontidão para ser escalada, as maiores ondas podem não aparecer, a água da cachoeira pode ser demasiadamente fria, o caminho extenso e árduo, mas nunca saberemos, não sem o saber da experiência, como é ser impactado por algo que não compreendemos, no limite, talvez esta experiência sirva ao menos para compreendermos nossa insignificância perante a imensidão do mundo natural, que mesmo amplamente classificado pela ciência, foi concebido a priori pela experiência:

O geógrafo que mede e calcula vem atrás: à sua frente, há um homem a quem se descobre a “face da Terra”; há o navegante vigiando as novas terras, o explorador na mata, o pioneiro, o imigrante, ou simplesmente o homem tomado por um movimento insólito da Terra, tempestade, erupção, enchente. Há uma visão primitiva da Terra que o saber, em seguida, vem ajustar (DARDEL, 2015, p. 7).

Na história da humanidade foi a partir da experiência que ocorreram as primeiras mediações entre o homem e o mundo natural, porém, na sociedade contemporânea, estamos nos afastando cada vez mais da possibilidade de emancipação através do experimentar, dessa forma, torna-se necessário que modifiquemos nossa compreensão sobre natureza, a partir daí seríamos capazes de perceber que o que chamamos de selvagem está diretamente relacionado com nosso conceito sobre civilização, nos colocamos em oposição ao mundo natural, como se não fizessemos parte dele, talvez por este motivo, buscamos através dos séculos dominar, quantificar e classificar a natureza, colocando-a à nossa disposição, sem que tivéssemos a consciência de que sempre fizemos parte de um único ecossistema, talvez o saber da experiência seja mais eficiente do que a informação, para que as pessoas compreendam que a natureza não é simplesmente uma reserva de recursos que está à disposição dos desígnios da humanidade e o lazer pode ser uma porta de entrada para esta transformação.

A potencialidade emancipadora do lazer está fundamentada em seu caráter educativo, não que esta seja sua última finalidade, mas na fruição de manifestações culturais aprende-se pela experiência e é exatamente neste ponto onde quero chegar. A possibilidade de construir um saber proveniente da experiência é uma das principais dimensões na relação entre o lazer e a natureza, é neste contexto em que o experimentar se torna transformador. Através da vivência de manifestações culturais no mundo natural, podemos criar possibilidades para que as pessoas reelaborem seus valores com relação à natureza, seja em espaços formais de ensino, oportunizando com que as crianças tenham essa possibilidade, seja através de uma perspectiva turística,

mas uma que não venda o mundo natural no interior de um pacote, o foco desta perspectiva precisa estar no sujeito, não se prescreve uma experiência, o que podemos fazer é oportunizar um ambiente onde exista a possibilidade de que ela ocorra. Compreender o lazer enquanto uma possibilidade educativa:

Trata-se de um posicionamento baseado em duas constatações: a primeira, que o lazer é um veículo privilegiado de educação; a segunda, que para a prática das atividades de lazer é necessário o aprendizado, o estímulo, a iniciação, que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, para níveis mais elaborados, complexos, com o enriquecimento do espírito crítico, na prática ou na observação. Verifica-se, assim, um duplo processo educativo - o lazer como veículo e como objeto de educação (MARCELLINO, 2007, p.17).

A compreensão de que o lazer possui um duplo aspecto educativo é fundamental para pensarmos na possibilidade de emancipação dos sujeitos através da cultura. Neste sentido, algo que devemos destacar é a importância dos atores que podem facilitar a intermediação deste processo, é neste contexto, que o papel do animador cultural se torna essencial. A animação cultural pode ser caracterizada como

uma ação desenvolvida por diferentes lideranças, seja por meio da atuação de profissionais com formação geral ou específica e, ainda, voluntários (lideranças espontâneas das comunidades que colaboram na mobilização, no planejamento, na execução e na avaliação das vivências de lazer) (ISAYAMA, 2009, p. 412).

Além disso, é necessário levar em conta a noção de animação socioambiental, que “nada mais seria do que a aproximação dos princípios e práticas da animação sociocultural com os conteúdos e técnicas da educação e interpretação ambiental” (PACHECO; RAIMUNDO, 2014, p. 59). Estas concepções aliadas à perspectiva de experiência trazida por Bondía (2002), podem ser uma possibilidade para que estes animadores culturais, norteados através do prisma da animação socioambiental, sejam promotores da experiência, oportunizando espaços ou situações que possam proporcionar o experimentar aos indivíduos. Portanto,

assim como a educação ambiental, a educação para o lazer exige tomada de consciência referente às contradições de nossa contemporaneidade e à humanização das relações fundadas na ética, mantendo interfaces extremamente preciosas com a educação para a cidadania (MARINHO, p. 10).

Todavia, há de se perguntar, como fazer com que isto seja possível? Felizmente não existem fórmulas ou receituários, como já foi dito anteriormente, o ponto fulcral da experiência está em sua singularidade, ou seja, na sua não reprodutibilidade, a

possibilidade do saber proveniente da experiência precisa partir do sujeito, que se entregando à desinformação amplia suas fronteiras do saber, neste contexto, o papel do animador cultural e socioambiental seria guiar os sujeitos para estas fronteiras, mas cabe a cada um descobrir como atravessá-las.

Considerações finais

O objetivo deste texto não foi em nenhuma instância esgotar as relações que poderiam ser feitas entre natureza, lazer e experiência. Em sentido contrário, meu objetivo foi fazer um convite, com o intuito de despertar algumas questões acerca da forma como concebemos a natureza e de como a nossa percepção pode determinar o modo como interagimos com o mundo natural. Este ensaio pode contribuir para o debate acerca da importância do lazer para o desenvolvimento de ações sustentáveis voltadas ao setor cultural, assim como, para destacar a importância da atuação dos animadores culturais e socioambientais neste processo.

O lazer como necessidade humana e dimensão da cultura pode proporcionar processos de emancipação através da vivência de diferentes manifestações culturais, seu caráter contra hegemônico possui a potencialidade para iniciar um processo de transformação na forma como concebemos nossa realidade e o ambiente que nos cerca (GOMES; ELIZALDE, 2012).

A tese principal deste ensaio é de que o lazer na natureza pode ser um espaço privilegiado para que ocorra o saber da experiência, este que só é possível através da entrega ao desconhecido, do padecimento, da passividade, do tempo, da desinformação. Neste sentido, este saber mediado pelo lazer na natureza poderia contribuir para a reelaboração de valores na sociedade, para a quebra de paradigmas, enfim, para a nossa redenção com o mundo natural.

REFERÊNCIAS

BONDÍA LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação**, n. 19, 2002.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectivas, 2015.

DIAS, Cleber. Novas conformações do campo esportivo: os esportes na natureza. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade. **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. Editora Unesp, 2009.

GOMES, Christianne Luce. Estudos do Lazer e geopolítica do conhecimento. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 14, n. 3, 2011.

GOMES, Christianne L.; ELIZALDE, Rodrigo. **Horizontes latino-americanos do lazer**/Horizontes latinoamericanos del ocio. Christianne Luce Gomes, 2012.

ISAYAMA, Hélder Ferreira. Atuação do profissional de educação física no âmbito do lazer: a perspectiva da animação cultural. **Motriz**. Journal of Physical Education. UNESP, p. 407-413, 2009.

KESSELRING, Thomas. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. **Episteme: Filosofia e história das ciências em revista**. Porto Alegre, 2000.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Algumas aproximações entre lazer e sociedade. **Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana**, v. 1, n. 2, p. 1-20, 2007.

MARINHO, Alcyane. Atividades na natureza, lazer e educação ambiental: refletindo sobre algumas possibilidades. **Motrivivência**, n. 22, p. 47-70, 2004.

PACHECO, Reinaldo Tadeu Boscolo; RAIMUNDO, Sidnei. Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, n. 3, p. 43-66, 2014.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOARES, Carmen Lúcia. **Uma educação pela natureza: a vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana**. Autores Associados, 2016. p. 288.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Endereço para correspondência

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Campus - Pampulha, Belo Horizonte - MG, 31270-901.

Email: vitorpessoaufmg@gmail.com

Recebido em:

09/06/2020

Aprovado em:

18/09/2020